

Fernando Molica

O jogo aberto da troca de emendas por votos

A pressão exercida pelo Congresso para o Palácio do Planalto liberar todas as verbas de emendas parlamentares tem uma grande vantagem: deixa ainda mais evidente o esquema de toma lá-dá cá da política brasileira.

No fim das contas, pouco importa se o pacote econômico do governo é bom ou ruim, se a reforma tributária vai mesmo simplificar a vida dos brasileiros. A maior parte dos deputados e senadores pouco se importa com isso. O ele que quer é dinheiro na conta daqueles abençoados com suas emendas.

Ao eleger um parlamentar, o eleitor dá a ele o poder de negociar seu próprio voto no Congresso. Diferentemente do que ocorre eleições gerais, na Câmara e no Senado não é crime vender votos. Isso é visto como normal.

Ao escolher representantes sem levar em conta um mínimo de compromisso ideológico, o cidadão dá ao eleito um cheque em branco. O deputado ou senador pode votar mais à esquerda ou à direita sem ter que pres-

tar contas de sua posição, faz o que bem entende.

Daí que partidos do Centrão ampliado votam com Lula da mesma forma que respaldaram medidas de Jair Bolsonaro, tanto faz se os projetos apontam pra lá ou pra cá. O importante é garantir a liberação da grana.

As chamadas emendas pix foram incluídas na Constituição no fim de 2019, no primeiro ano do mandato de Bolsonaro, que já então se preocupava em garantir seu mandato e manter maioria no Congresso.

Oficialmente, são chamadas de “transferências especiais”, repassadas “diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congêneres”.

Em outras palavras: o deputado ou senador manda o dinheiro para o estado ou município independentemente do que será feito com a verba, o governador ou o prefeito que trate de decidir. Acredite, isso está na nossa lei maior.

Não custa lembrar que, não faz tanto tempo assim, as emendas também eram usadas no processo de compra e venda de votos no Congresso, mas quem dava as cartas era o Executivo. Cabia ao governo decidir que verbas iria liberar.

Já enfraquecida, a então presidente Dilma Rousseff foi obrigada a ceder e a admitir a obrigatoriedade de pagamento de parte das emendas, o que seria radicalizado por Bolsonaro. Com novas concessões que fortaleceram o caráter compulsório de entregas de dinheiro, ele viabilizou o orçamento secreto, barrou qualquer ameaça e, de quebra, livrou-se de chatice de administrar o país — repassou o governo pro Centrão.

O poder, então, foi invertido. O Congresso é que passou a controlar o governo. Como um dragão que exige cada vez mais sacrifícios para não tocar fogo na cidade, o parlamento perdeu qualquer compostura ao deixar claro as regras do seu jogo: ou Planalto paga as emendas, mesmo que desafiando ordens do

Supremo Tribunal Federal, ou vai perder votações importantes. Isso, mesmo em temas que deveriam ser considerados suprapartidários.

Hoje, as emendas representam cerca de 25% do pouco que sobra do orçamento federal para investimentos. Um dinheiro que acaba sendo pulverizado em obras muitas vezes paroquiais, não ligadas a projetos estruturantes.

Fora o que acaba sendo desviado pelos caminhos de sempre e que escapa da fiscalização dos órgãos de controle e da Polícia Federal. É mais complicado investir esforços de apuração em obras que, muitas vezes, são de baixo orçamento.

Há alguns anos, deputados e senadores eram vistos como despachantes de prefeituras, corriam de ministério em ministério pedindo liberação de verbas. Hoje, ministros é que lhes pedem dinheiro de emendas. O jogo é às claras: depois, os caras reclamam do desprestígio da chamada classe política.

EDITORIAL

O que se espera dos administradores?

Faltando cerca de 19 dias para a posse de prefeitos em diversos municípios pelo país, é natural uma expectativa acerca dos eleitos no pleito de outubro para que toquem as administrações de suas cidades com a mais absoluta competência técnica, sobretudo voltada aos reais interesses da população de suas cidades.

Os que foram reeleitos, especialmente numa eleição municipal marcada exatamente pelas reeleições, se faz necessário avaliar o que precisa ser mudado. As peças que forem necessárias uma troca urgente, que sejam feitas. Mas as trocas e movimentações dentro da administração pública, não podem ser feitas pensando tão somente no atendimento das necessidades dos aliados que ajudaram na campanha.

É preciso fazer composição política? É evidente que sim! Mas a política não pode se manter distante dos princípios da moralidade e da isonomia administrativas.

É extremamente necessário se pensar na elaboração de um caminho alternativo, em que os problemas sociais que afligem a população cotidianamente, sobreponham-se aos interesses es-

fomeados (e às vezes escusos) de aliados e correligionários.

Aos novatos, com ou sem experiência na vida pública, mas que estarão assumindo pela primeira vez o cargo de chefe do Executivo municipal em alguma cidade deste imenso Brasil, o alerta vai na mesma direção. Pode parecer utópico, mas não é! Os cidadãos, quando depositaram o voto de confiança através das urnas eletrônicas, o fizeram por acreditarem na melhoria de sua condição de vida. Até mesmo os que simplesmente “votaram por votar”, sem se importar efetivamente com o pleito, também, de alguma forma, pensam no melhor para a sua comunidade, embora a indiferença com o processo político seja latente.

Mas o que é preciso dizer com objetividade e clareza, é que administradores públicos, eleitos pelo povo, não podem se tornar indiferentes às necessidades das camadas mais simples. As mesmas camadas que padecem com a ausência de serviços públicos básicos; as mais esquecidas e sofredoras. No entanto, as mesmas camadas sempre lembradas e acariciadas durante campanhas eleitorais em todo o Brasil.

Arnaldo Niskier*

O valor dos audiobooks

Não é uma invenção brasileira. Embora nosso país tivesse adotado a tecnologia em grande estilo. Eu mesmo, quando presidi a Academia Brasileira de Letras, nos anos de 98 e 99, produzi diversos audiobooks ou audiolivros, como querem alguns. Devo recordar alguns deles: Rachel de Queiroz, Austregésilo de Athayde, João Cabral de Melo Neto e Eduardo Portella. Como se vê, uma mistura de literatura e poesia, com a voz dos próprios autores.

É um santo remédio para pessoas com déficit de atenção e/ou dificuldades na leitura. Pode ser útil também no ajuste da veloci-

dade da narração. Apesar de todos os avanços tecnológicos, não deixou de ter a sua utilidade.

É uma alternativa eficaz para pessoas com desafios de concentração, retenção de informações e processamento de leitura.

É sabido que diferentes áreas do cérebro são ativadas quando se faz a escuta de um livro. Quando se ouve fica tudo muito mais fácil. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 11 milhões de brasileiros são afetados pelo mencionado transtorno. O audiolivro funciona também para alunos cegos ou com baixa visão. Já existem muitos livros na inter-

net para ajudar nesse processo. E também na Amazon, além das obras no Audible, Skeeelo e Tocalivros.

Sabe-se que o TDH (déficit de atenção) infelizmente não tem cura, mas pode ser controlado por intermédio de remédios e terapias comportamentais. É assunto que precisa ser acompanhado pelos educadores, em benefício da relação ensino-aprendizagem.

Atenta ao que tudo isso representa, a Academia Brasileira de Letras tem realizado seminários sobre a matéria, ocasião em que coloca à disposição do público as obras de alguns dos

seus mais importantes mitos. Faz essa programação de forma gratuita, o que facilita o acesso de um público cada vez mais expressivo de interessados. Uma das suas últimas apresentações colocou em foco o clássico “Dom Casmurro”, uma das maiores obras de Machado de Assis. E assim virão outros livros do “Bruxo”, como “Memórias Póstumas de Braz Cubas” e o seu romance, intitulado “Esaú e Jacob”.

*Escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras. Doutor Honoris Causa da Universidade Santa Úrsula

Brasília: capital da cultura

Após ficar com as portas fechadas por dez anos, o Teatro Nacional Claudio Santoro, símbolo e referência da cultura nacional e brasiliense, retornará. O retorno, através do projeto Viva o Teatro, terá atrações culturais com foco na banda de rock brasiliense Plebe Rude e a companhia teatral de comédia “Os Melhores do Mundo”. E essa animação toda vale apenas para a liberação da sala Martins Pena. A volta das salas Villa Lobos, Alberto Nepomuceno, o Espaço Dercy Gonçalves e o anexo do Teatro Nacional é muito aguardada pelos moradores do Distrito Federal.

A liberação de um dos principais pontos turísticos culturais de Brasília acontecerá na semana seguinte à 12ª edição do Festival Internacional de Curta-Metragem, Curta Brasília, acontecer no Cine Brasília (outro ponto cultural voltado para o audiovisual). Tudo isso uma semana depois de o Cine Brasília realizar o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, referência para cineastas de todo Brasil.

Em meio a tudo isso, diversos artistas nacionais e internacionais anunciam que ampliarão seus circuitos (que sempre vão entre Rio de Janeiro e São Paulo), para algum evento na capital federal. E a mesma manifestação demonstra-se nas feiras, praças e museus da cidade.

A verdade é que Brasília não é só a capital do país, mas também é a capital da cultura. As diversas manifestações artísticas e culturais da cidade são um reflexo da diversidade da cidade e uma consequência de sua história, onde pessoas do país inteiro vieram para a nova capital do país em 1960, trazendo suas culturas consigo.

E para além da diversidade cultural, desde seu planejamento já se poderia prever essa força cultural graças à arquitetura moderna (e também considerada futurista) da cidade. Não é a toa que Brasília tem o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Alexandre Garcia

História e farsa

A História do Brasil se encaixa bem no pensamento de Marx, segundo o qual, quando uma tragédia histórica se repete, vem como farsa. Novembro no Brasil nos lembra tempos do caudilho Vargas. Em 1935, o levante comunista que começou em 23 de novembro em Natal, continuou no Recife no dia seguinte e eclodiu no Rio de Janeiro no dia 27, ensejou que já em 26 de novembro, Getúlio decretasse Estado de Sítio, dando mais poderes ao estado brasileiro para que Vargas pegasse não apenas os comunistas, mas também os demais adversários que poderiam fazer sombra à sua liderança. Em 1937, também em novembro, Getúlio ganhou outro pretexto para dar outro golpe. Usou um documento, um estudo, de autoria

do Capitão Olympio Mourão Filho, que levantava hipótese de insurreição popular, que passou a ser chamado de Plano Cohen - um judeu-comunista fictício. E Getúlio cercou e fechou o Congresso e decretou o Estado Novo, pondo interventores nos estados (menos Minas Gerais) e passando a governar sozinho, por decretos-leis.

Até na pátria-mãe, novembro teve agenda de golpe comunista. No dia 25, em 1975, em Lisboa, um grupo de oficiais da Polícia do Exército e Cavalaria, com Paraquedistas, ocupou quartéis e capitães barbudos como Fidel transmitiram manifestos por emissoras de rádio; mas o Regimento de Comandos agiu a tempo e, no mesmo dia, e com a morte de três dos seus, abafou o movimento e pôs fim

ao período revolucionário que começara no 25 de abril de 1974 e ensinou o enquadramento de Portugal num estado democrático de direito.

Neste novembro vivemos de sobressaltos numa repetição de histórias que viram narrativas terminadas em farsas. Governantes usam isso para se impor e eliminar adversários ou lideranças consideradas perigosas. A história mostra como Getúlio procurou unir o país em torno de si, com o pretexto de ameaças à democracia; o General Galtieri invadiu as Malvinas para tentar unificar o povo argentino em torno de sua ditadura; tentando unir o país em torno de si, Maduro “anexou” parte da Guiana - ainda apenas no mapa. E agora dizem que Lula se prepara para anunciar que, diante da trama

golpista, ele é a solução democrática nacional.

A conversa entre militares não chega a ser um planejamento, e muito menos execução de cogitações. Segundo o inquérito, eles confessam que esperavam uma ação que o Presidente não adotou. Por isso abandonaram o intento, xingando o Presidente. Mas forneceram munição para quem quer anular Bolsonaro, um líder que cresce quando é atacado. A facada, que foi cogitada, planejada e executada, foi um golpe que não se consumou totalmente, porque não o matou. Mas foi tão extremo que o elegeu. Agora foi feito inelegível, e indiciado por uma tentativa a que não aderiu. São repetições sucessivas do mesmo estilo histórico. Como Marx qualificaria essa insistência?

Opinião do leitor

Projeto de lei

De fato, percebemos que se o PL 4614/2024 for aprovado, o Distrito Federal vai perder muito com os programas governamentais e os projetos do presente e futuros entrarão em campos nebulosos, prejudicando boa parte da população!

Antônio Carlos Sampaio Machado
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: RIO DE JANEIRO PODE GANHAR UM NOVO AEROPORTO

As principais notícias do Correio da Manhã em 13 de dezembro de 1929 foram: Forças nacionalistas chineses derrotam revolucionários

nas proximidades de Cantão. Com a saída das tropas inglesas de Wiesbaden, termina a ocupação britânica na Renânia. Fortes tempestades na

costa de Portugal provocam o naufrágio de um navio de nacionalidade desconhecida. Inspeção de Portos divulga projeto de aeroporto no Rio.

HÁ 75 ANOS: HINO NACIONAL PODE TER MODIFICAÇÕES NA LETRA

As principais notícias do Correio da Manhã em 13 de dezembro de 1949 foram: Assembleia da ONU termina aprovando orça-

mento de US\$ 49 milhões para o próximo ano, elegendo Adrian Pelt para o alto comissário na Líbia e deixando a questão de Jerusalém para

depois. Senado aprova, em regime de urgência, a tramitação do projeto de lei dos pecuaristas. Câmara pode debater mudanças no hino nacional.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
comercial.grupocorreiodamanha@gmail.com

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, e Rafael Lima
Serviço noticioso: FolhaPress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22775-057
Brasília: ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes -
Brasília - DF - CEP: 71.736-20
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.